

Verificação de Requisitos de Elegibilidade
Comitê de Auditoria Estatutário

I – Identificação

Nome Completo:	Data de Nascimento:
CPF:	Profissão:
Naturalidade:	Função/ Cargo:
Cor ou Raça: <input type="checkbox"/> Amarelo <input type="checkbox"/> Branco <input type="checkbox"/> Preto <input type="checkbox"/> Pardo <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Outros	Estado Civil:

Gênero: <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Não Binário <input type="checkbox"/> Outros	Se Identifica como membro da comunidade <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
--	--

Pessoa com Deficiência Pessoa sem Deficiência Prefere não responder

Formação Acadêmica (Apresentar currículo e comprovação documental):

Nome Completo Cônjugue:	CPF:
-------------------------	------

II – Documentos para elegibilidade

Cópia do RG
Cópia do CPF
Cópia da Certidão de Casamento/Documento Equivalente
Foto para perfil do portal de Governança
Dados Bancários
Comprovante de Endereço atualizado
Telefone Pessoal para Contato
Telefone Comercial para Contato
E-mail Comercial
E-mail Pessoal
NIT/PIS
Minicurriculo a ser apresentado na CVM e no Portal de Governança da Cagece:

III – Requisitos (deve apresentar comprovação correspondente)

Possui formação acadêmica, contemplando curso de graduação ou pós-graduação, compatível com o cargo para o qual foi indicado?
 Apresentar comprovação documental

Possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária? *Apresentar comprovação documental.*

Para que se cumpra o requisito de reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, informar se você possui:
 I – conhecimento dos princípios contábeis geralmente aceitos e das demonstrações financeiras;

II – habilidade para avaliar a aplicação desses princípios em relação às principais estimativas contábeis;

III – experiência preparando, auditando, analisando ou avaliando demonstrações financeiras que possuam nível de abrangência e complexidade comparáveis aos da companhia;

IV – formação educacional compatível com os conhecimentos de contabilidade societária necessários às atividades do CAE

V – conhecimento de controles internos e procedimentos de contabilidade societária

Se foi membro, por qualquer período, do Comitê de Auditoria da Companhia, respeitou o prazo de 3 (três) anos do final do mandato para voltar a integrar respectivo órgão?

IV - CBGC - Companhias abertas

Tem reconhecida experiência comprovada na área de controles internos, financeira, gerenciamento de riscos e compliance?

V - Vedações e Impedimentos**Lei Federal nº13.303/2016 (Lei das Estatais)**

São condições mínimas para integrar o Comitê de Auditoria Estatutário:

Foi nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê:

a) Diretor, empregado ou membro do conselho fiscal da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta;

b) Responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência de equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na empresa pública ou sociedade de economia mista;

É cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção, das pessoas referidas na pergunta anterior.

Recebe qualquer outro tipo de remuneração da empresa pública ou sociedade de economia mista ou de sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, direta ou indireta, que não seja aquela relativa à função de integrante do Comitê de Auditoria Estatutário;

É/Foi ocupante de cargo público efetivo, ainda que licenciado, ou de cargo em comissão da pessoa jurídica de direito público que exerça o controle acionário da empresa pública ou sociedade de economia mista, nos 12 (doze) meses anteriores à nomeação para o Comitê de Auditoria Estatutário.

Lei Federal 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Instruções Normativas e Resoluções CVM

É pessoa impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

É pessoa declarada inabilitada por ato da Comissão de Valores Mobiliários?

Ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Cagece no mercado, em especial cargo em conselhos consultivos, de administração ou fiscal?

Tem interesse conflitante com a Cagece?

Participa da direção da Companhia, suas controladas, coligadas ou sociedades em controle comum, diretas ou indiretas?

Comprovação de Independência - Instruções Normativas e Resoluções CVM

Foi nos últimos 5 (cinco) anos:

a) diretor ou empregado da companhia, sua controladora, controlada, coligada ou sociedade em controle comum, diretas ou indiretas?

b) responsável técnico da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria da instituição?

Possui cônjuge, parente em linha reta ou linha colateral, até o 3º grau, e por afinidade, até o 2º grau, das pessoas referidas na pergunta anterior?

Nos últimos 5 anos sofreu qualquer condenação que se enquadre em uma das categorias abaixo:

1. Condenação criminal (ainda que sujeita a recurso);
2. Condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas (ainda que sujeita a recurso), indicando se o processo correspondente está em recurso no Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional;
3. Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Caso tenha respondido de forma afirmativa em relação a qualquer dos itens acima, favor apresentar (em anexo) as seguintes informações:

1. Indicação do órgão judicial ou administrativo que proferiu a decisão:
2. Pena(s) aplicada(s):
3. Estágio do processo e recursos ainda cabíveis ou pendentes de julgamento:

VI- Tribunal de Contas do Ceará - TCE

Está incluído na lista de responsáveis a quem o Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE declarou irregulares, inidôneos e inabilitados?

VII - Resolução CVM nº 50/21 (Pessoa Politicamente Exposta - PPE)

Se enquadra nas definições de PPE, nos termos da Resolução CVM 50/21, Anexo A, artigos 1º, 2º e 3º?

Desempenhou nos últimos 05 (cinco) anos, cargos, empregos ou funções públicas relevantes, no Brasil ou no exterior, de acordo com as definições de PPE da questão anterior?

Possui familiares e estreitos colaboradores que se enquadrem nas definições de PPE, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 50/21?

Caso tenha respondido de forma afirmativa em relação a qualquer das perguntas acima, favor indicar os seguintes dados da Pessoa Pol:

Nome completo:

Descrição do parentesco/relação:

Especificação do cargo/função:

Período de exercício ou mandato:

Data de nascimento:

Identidade (RG) e órgão emissor:

CPF/ME ou número do passaporte:

Ciente das possíveis penalidades cíveis, administrativas e penais, que eventuais declarações falsas podem acarretar, afirmo que as informações comprovantes anexos são exatas, verdadeiros e sem rasuras de qualquer espécie.

Fortaleza, ____ de ____ de ____.

Candidato

3 de LGBTQIAPN+:

Sim Não

ões sobre cada condenação em

Sim Não

Sim Não

Sim Não

Sim Não

líticamente Exposta:

nformações prestadas e os
